



**CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP**

PROVA PARA O CARGO DE BACHAREL EM DIREITO

<hr/> <p>NOME DO CANDIDATO</p> <hr/> <p>INSCRIÇÃO</p>

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 questões objetivas. Caso exista algum problema, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas, destas apenas uma é correta.
3. A resposta definitiva de cada questão deve ser, obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO-RESPOSTA, fornecido especificamente para este fim.
4. As questões objetivas devem ser respondidas no CARTÃO-RESPOSTA, considerando a numeração de 1 a 50.
5. Confira se seu nome e número de inscrição constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu, o qual não pode ser amassado ou dobrado.
6. O Cartão-Resposta só será substituído se tiver falha de impressão.
7. Assine seu nome na lista de presença do mesmo modo como está assinado no seu documento de identidade.
8. Esta prova terá duração de 4 (quatro) horas, tendo o seu início às 8 h e término às 12 h (horário de Belém).
9. Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala todo o material referente a esta prova.

ÓRGÃO EXECUTOR



Líderes sem massa

Costuma-se dizer que a capacidade de um país andar mais rápido depende da qualidade de seus líderes. Pois o líder abre caminhos e desfaz obstáculos com sua condição de comover, inspirar, atrair e mobilizar as massas. Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis, porque a crise de governabilidade que assola o mundo acaba afogando marcas, estilos e identidades na poeira de um caos cujos contornos Samuel P. Huntington tão bem aponta neste breve relato: "Quebra da lei e da ordem, Estados fracassados, anarquia crescente, ondas de criminalidade, máfias transnacionais e cartéis de drogas, expansão dos vícios em muitas sociedades, debilitação geral da família, declínio na confiança e na solidariedade social, violência étnica, religiosa e civilizacional".

A administração do paradigma do caos que assola a humanidade tem passado para a órbita de lideranças menos carismáticas, mais técnicas e funcionais, cujas preocupações estratégicas se repartem em três esferas: a estabilização macroeconômica e os programas de desenvolvimento, as redes de proteção social e as políticas de segurança interna.

No meio de tempestades que se multiplicam e que conferem à contemporaneidade a imagem de uma Idade de Trevas, a despolítica se estabelece, solapando as ideologias de ontem, expandindo as tecnocracias e arrefecendo o sistema político, com seqüelas no enfraquecimento dos partidos, na fulanização da política e na desmotivação dos participantes partidários. Nessa moldura, os líderes de massa se tornam cada vez mais escassos. Pode-se apontar nos dedos a relação de líderes carismáticos e populares. É o caso, por exemplo, do Brasil, onde Lula pode ser considerado o último líder de massas de um ciclo que se esgota com a intensificação da crise da democracia representativa.

Na verdade, Lula se apresenta como a última instância produzida por um processo de acumulação de forças, que, há três décadas, vem operando sobre a esfera social, juntando ações coletivas e públicas, demandas por direitos e movimentos cívicos, canalizados com mais força a partir da Constituição de 88. O ex-metalúrgico constituía, desse modo, o contraponto criado por forças de resistência às políticas macroeconômicas e liberalizantes implantadas desde Collor e revigoradas pelas reformas econômicas nos dois períodos de Fernando Henrique.

A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil. Ou seja, o Brasil começa a presenciar o fenômeno de um líder de massas se transformando em liderança funcional.

Nesse ponto, cabe aduzir: com Lula, desaparece a feição populista no cenário das lideranças nacionais. Poderá ele recuperar a imagem cheia de arrebatador de massas? Resposta: só se realizar os milagres prometidos. Caso contrário, será um típico exemplo de "reversão de expectativas". Quem pode entrar ainda no figurino populista? Brizola? Ora, o gaúcho só tem fôlego para sussurros. Geraldo Alckmin? Trata-se de um perfil sem muito sal, parecendo não ser tocado por aquela paixão que anima a alma política. Aécio Neves? Comandando um grande Estado, é um perfil inebriado pelos prazeres da juventude. Itamar? Bom, mais parece um bicho de sete cabeças, não se sabendo qual a que dirige o pensamento. Serra? Tem preparo, porém se assemelha a um consultor técnico dando aulas de racionalidade. Não adoça a vontade das massas. Garotinho gosta de jogar com as ilusões. Isso amedronta. Na atual safra de mandatários, inexistem proeminências. Já no Parlamento, os atos retóricos são medidos pela lupa do *marketing*. Os comportamentos se homogeneizam sob o véu da pasteurização política.

Na atual conjuntura, não há motivos nem palcos para animação das populações. As massas só entram em estado de agitação quando tocadas pela fé religiosa. Mesmo assim, os atos de massa se restringem aos espaços dos templos, que a estratégia mercadológica se esforça para multiplicar e ampliar. A aderência partidária no Brasil, portanto, só é forte nas hostes do Senhor. Desaparecendo o formato carismático e populista, teremos de nos conformar doravante com um grupo de políticos treinados nas artimanhas da articulação e dos entreveros partidários. Entre desilusões e desesperanças, os brasileiros começam a não

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP- BACHAREL EM DIREITO

enxergar mais aquela aura que envolvia seus ícones e heróis, o líder glorificado, o exemplo de autoridade, o pai da pátria, o político admirado por todos, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek ou mesmo Jânio Quadros. Dessa forma, o Brasil vai ilustrando a imensa galeria contemporânea de líderes sem massa.

60

Gaudêncio Torquato (Consultor político e professor titular da USP)
<http://www.jb.com.br/jb/papel/opinião/joropi20040229001.htm> (01/03/2004)

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

Com base no texto “Líderes sem massa”, assinale a única alternativa correta nas questões de 01 a 06.

01. Em relação ao perfil dos líderes populares do passado e ao dos contemporâneos, é **correto** afirmar que

- (A) os líderes de hoje, por serem mais técnicos e funcionais, conseguem ser mais carismáticos e populares do que os líderes do passado.
- (B) as lideranças do passado tinham dificuldade em mobilizar e administrar as massas, propiciando convulsões étnicas, sociais e religiosas em seus países.
- (C) a escassez dos líderes de massa atuais se explica porque estes concentram suas preocupações no fortalecimento do sistema político.
- (D) os grandes líderes do passado, apesar de carismáticos e populares, não conseguiam libertar seu povo da opressão e da miséria.
- (E) a crise de governabilidade que tomou conta do mundo contemporâneo comprometeu o surgimento de líderes mais carismáticos.

02. Considere os enunciados abaixo.

I. O Brasil atualmente não precisa de líderes carismáticos, mas de líderes funcionais, por isso Lula é considerado o último líder de um ciclo que se está esgotando.

II. O ciclo responsável pela intensificação da crise da democracia representativa é o período compreendido entre a Idade das Trevas e o governo de Fernando Henrique.

III. Lula pode ser apontado como líder carismático e popular porque representa a resistência às políticas dos governos brasileiros nas últimas três décadas.

IV. Lula pode ser considerado “o último líder de massas” porque no Brasil a democracia já está consolidada, o que desmotiva o surgimento de novos líderes.

V. A insatisfação em relação às políticas macroeconômicas e liberalizantes dos

governos de Collor e Fernando Henrique construiu a imagem do último líder carismático e popular do Brasil.

De acordo com o texto, estão **corretos** os itens

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) III e V
- (E) I e V

03. Em relação aos possíveis líderes populares do Brasil citados no texto, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) Brizola não consegue mais arrebatado o povo, por isso “só tem fôlego para sussurros”.
- (B) Geraldo Alckmin não tem perfil de líder político, portanto não poderá entrar no rol dos grandes líderes.
- (C) Aécio Neves, pela sua juventude e por ser governador de um grande Estado, é um possível futuro líder popular.
- (D) Serra, pelo seu discurso muito técnico, dificilmente atrairá o gosto popular.
- (E) Garotinho não é um proeminente candidato a líder popular porque lhe falta mais consciência política para não iludir o povo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

04. Em relação à expressão “grandes líderes” no fragmento (linhas 3 a 5)

“Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis”,

é correto afirmar que

- (A) a ordem de seus termos não altera o sentido da expressão.
- (B) a palavra “grande”, por ser um adjetivo, não poderia ocupar outra posição.
- (C) a regência nominal do termo “rastros” exige a anteposição do adjetivo.
- (D) a mudança na ordem dos seus termos afetaria o sentido da expressão.
- (E) a expressão apresenta uma impropriedade de colocação em relação à norma culta.

05. No fragmento (linhas 30 a 33)

“A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil.”

a palavra “vital”

- (A) está empregada no singular para enfatizar a expressão “importância da real política”.
- (B) deveria ter sido empregada no plural para concordar em número com a expressão “interesses partidários”.
- (C) está empregada no singular porque se refere à palavra “política” e com ela concorda em número.
- (D) está empregada no singular, desobedecendo à exigência de concordância, para surtir efeito estilístico.

(E) está empregada no singular por exigência da preposição que a segue imediatamente.

06. Decorre do princípio da supremacia constitucional no direito brasileiro,

- (A) o exercício incondicionado do poder constituinte originário e o exercício limitado do poder constituinte derivado, respeitados, em ambos os casos, os direitos adquiridos.
- (B) a revogação das normas anteriores à Constituição que forem contrárias a ela, declarada pelo Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) a inconstitucionalidade das normas constitucionais originárias que contrariem os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e os direitos e garantias individuais.
- (D) a superioridade hierárquica das normas constitucionais em relação às demais normas que compõem o ordenamento jurídico, excetuados os tratados internacionais nos quais o Brasil for parte.
- (E) o controle difuso e concentrado da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais, incluindo o controle da constitucionalidade das emendas à Constituição.

07. Integra o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil:

- (A) a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, para preservação da autoridade de suas decisões tomadas em ação declaratória de constitucionalidade.
- (B) a vedação da concessão de eficácia ex-tunc à medida cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) o efeito vinculante dos fundamentos determinantes das decisões do Supremo Tribunal Federal, tomadas

**CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO**

- em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- (D)** a eficácia contra todos das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do recurso extraordinário contra decisão judicial que declara a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- (E)** a restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em decisão tomada pela maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal, por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social.
- 08.** A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais na Constituição de 1988
- (A)** impõe ao Congresso Nacional a regulamentação imediata dos direitos fundamentais.
- (B)** restringe-se aos direitos e garantias individuais, excetuando aqueles que devem ser exercidos na forma da lei.
- (C)** possibilita o exercício dos direitos fundamentais, independentemente de sua regulamentação pelo Congresso Nacional.
- (D)** fundamenta o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade por omissão contra o Congresso Nacional.
- (E)** fundamenta o ajuizamento de mandado de injunção em caso de ausência de norma regulamentadora dos direitos e liberdades constitucionais.
- 09.** O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição Estadual
- (A)** pode ser exercido somente na modalidade difusa.
- (B)** pode ser exercido na modalidade concentrada, junto ao Tribunal de Justiça do Estado.
- (C)** pode ser promovido exclusivamente pelo Procurador-Geral de Justiça, junto ao Tribunal de Justiça do Estado.
- (D)** pode ser promovido por meio de ação declaratória de constitucionalidade, junto ao Tribunal de Justiça do Estado.
- (E)** pode ser promovido por meio de ação declaratória de constitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal.
- 10.** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos fundamentais da Constituição de 1988 assevera que
- (A)** a prisão civil do depositário infiel não se aplica à hipótese de alienação fiduciária.
- (B)** o direito à inviolabilidade do domicílio estende-se a qualquer compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade.
- (C)** o direito à ampla defesa veda a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade do recurso administrativo.
- (D)** o princípio da presunção de inocência impede a prisão do réu enquanto estiver pendente de julgamento recurso extraordinário por ele apresentado.
- (E)** o exercício da legítima defesa não afasta a ilicitude da prova obtida por meio de gravação da conversa por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

11. É característica do Poder Judiciário no Brasil:

- (A) a competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgamento dos Governadores dos Estados em caso de crime comum.
- (B) a competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgamento dos Governadores dos Estados em caso de improbidade administrativa.
- (C) a competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgamento de *habeas corpus* contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais.
- (D) a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para julgamento dos Governadores dos Estados em caso de crime de responsabilidade.
- (E) a competência recursal do Superior Tribunal de Justiça para julgamento de *habeas corpus* contra ato dos desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.

12. Dentre as limitações do poder de tributar, inclui-se

- (A) a vedação da utilização de medida provisória para majoração do imposto sobre produtos industrializados.
- (B) a vedação da instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e sobre o papel e a tinta destinados a sua impressão.
- (C) a exigência de lei complementar para que a União possa instituir isenções de tributos da competência dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) A vedação da cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, excetuado, dentre outros, o imposto territorial rural.
- (E) a vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, excetuado, dentre outros, o empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias.

13. Relativamente aos princípios constitucionais da Administração Pública é **correto** afirmar:

- (A) O princípio da motivação não se aplica aos atos discricionários.
- (B) O princípio da publicidade se esgota na publicação dos atos administrativos no Diário Oficial.
- (C) O correto cumprimento da lei está vinculado à realização das finalidades a que essa lei se propõe realizar.
- (D) A Administração Pública pode realizar tudo o que a lei não lhe proíbe.
- (E) o princípio da ampla defesa é privativo do processo administrativo disciplinar.

14. Nos termos da Lei federal nº 9.784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai:

- (A) em 2 (dois) anos contados da data em que foram praticados, independentemente de má-fé.
- (B) em 5 (cinco) anos contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) em 5 (cinco) anos contados da data em que foram publicados, salvo comprovada má-fé.
- (D) em 3 (três) anos contados da data em que foram publicados, salvo comprovada má-fé.
- (E) em 5 (cinco) anos contados da data em que foram praticados, independentemente de má-fé.

15. Nos termos da Lei federal nº 9.784/99, **NÃO** se inclui entre os critérios que devem ser observados nos processos administrativos:

- (A) Atuação conforme a lei e o Direito.
- (B) Indicação dos pressupostos fáticos e jurídicos que determinarem a decisão.
- (C) Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

respeito aos direitos dos administrados.

- (D) Permissão de renúncia parcial de poderes ou competências, salvo previsão legal expressa.
- (E) Proibição da cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

16. Os contratos administrativos, regidos pela Lei n.º 8.666/93, poderão ser alterados com as devidas justificativas, no seguinte caso:

- (A) unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (B) unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição qualitativa de seu objeto.
- (C) por acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação econômica a seus objetivos.
- (D) unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia da execução.
- (E) por acordo das partes, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição qualitativa de seu objeto.

17. O art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que prevê a responsabilidade civil extracontratual do Estado, estabelece que

- (A) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável em qualquer caso.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado

responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo.

- (C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão sempre pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de culpa.
- (D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (E) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, em qualquer caso.

18. Relativamente às responsabilidades do servidor público, a Lei estadual n.º 5.810/94, estabelece que

- (A) sempre que houver responsabilidade civil e administrativa, haverá, necessariamente, responsabilidade penal.
- (B) a absolvição judicial somente repercute na esfera administrativa, se negar a existência do fato ou afastar do servidor a autoria.
- (C) sempre que houver responsabilidade administrativa, haverá, necessariamente, responsabilidade civil e penal.
- (D) as sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se.
- (E) a absolvição judicial somente repercute na esfera administrativa, se provada a existência do fato ou afastar do servidor a autoria.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

19. Nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal os servidores públicos poderão ser aposentados voluntariamente, desde que cumprido, entre outras condições:

- (A) tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público em geral, e cinco anos de efetivo exercício em cargo público.
- (B) tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual ou municipal, conforme o âmbito em que se dará a aposentadoria e cinco anos de efetivo exercício em cargo público.
- (C) tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (D) tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual ou municipal, conforme o âmbito em que se dará a aposentadoria e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

20. Sobre uma determinada conduta ilícita, ocorrida na época em que determinada Lei temporária, que a disciplinava, era vigente, mas que deixou de vigor, é **correto** afirmar que essa lei

- (A) não mais se aplica à conduta, pelo princípio da irretroatividade.
- (B) se aplica à conduta, pelo princípio da ultra-atividade.
- (C) não mais se aplica à conduta, pelo princípio da extra-atividade.
- (D) se aplica à conduta, pelo princípio da retroatividade da lei mais benéfica.
- (E) não mais se aplica à conduta, pelo princípio da irretroatividade da lei mais severa.

21. Sobre interpretação e analogia em Lei penal, é **correto** afirmar:

- (A) O art. 128, II (“aborto no caso de gravidez resultante de estupro”) admite analogia *in bonam partem* para gravidez em atentado violento ao pudor.
- (B) A primeira parte do art. 129 do CP (“ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”) admite interpretação extensiva.
- (C) O furto de uso é aceito porque é admitido aplicar analogia *in malam partem* em norma penal não incriminadora.
- (D) A taxatividade é a regra geral, quando se observa interpretação analógica.
- (E) O furto de uso não é aceito porque não é admitido aplicar analogia *in bonam partem* em norma penal incriminadora.

22. Sobre o crime em geral e com fundamento no ordenamento jurídico-penal brasileiro, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o dolo é elemento subjetivo do tipo.
- (B) a consciência da ilicitude é componente da culpabilidade.
- (C) a inimputabilidade exclui o dolo.
- (D) o erro de proibição exclui a culpabilidade.
- (E) a conduta do agente, comissiva ou omissiva, é componente do tipo.

23. Rapto (consensual, violento, ou mediante fraude) tem duas causas especiais de diminuição da pena: se o rapto é para fim de casamento (diminui-se a pena de um terço) e se o agente restitui sua vítima à liberdade ou a coloca em lugar seguro, à disposição da família (diminui-se de metade). Na fixação da pena, o juiz

- (A) deve aplicar as duas causas.
- (B) pode aplicar qualquer uma das duas causas.
- (C) pode escolher aplicar apenas a segunda causa.
- (D) pode escolher aplicar apenas a primeira causa.
- (E) se não puder aplicar uma causa, não poderá aplicar a outra.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

24. Condenação, em sentença irrecorrível, por crime de prevaricação (pena: detenção de três meses a um ano, e multa)

- (A) gera o efeito específico da perda do produto do crime.
- (B) torna certa a obrigação de repor a situação ao *status quo ante*.
- (C) resulta na perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.
- (D) resulta na revogação de possível livramento condicional, se o crime foi cometido na vigência do benefício.
- (E) resulta na revogação de possível livramento condicional, se o crime foi cometido anteriormente ao benefício.

25. O crime de tortura difere dos crimes hediondos, entre outras coisas, porque somente no primeiro

- (A) a lei permite a anistia.
- (B) a lei permite a graça.
- (C) a lei permite fiança.
- (D) a lei admite livramento condicional.
- (E) a lei admite a progressão, a partir do regime fechado.

26. Sobre interpretação analógica e analogia em matéria de Lei penal processual, pode-se afirmar:

- (A) Uma interpretação extensiva é exigida sempre que, à luz da interpretação lógica, o texto da Lei diz menos do que sua vontade demonstra.
- (B) Na interpretação analógica não existe a vontade da lei, mas o intérprete, assim mesmo, preenche o vazio.
- (C) A analogia somente é admitida quando submetida ao princípio *In dubio pro reo*.
- (D) Interpretação autêntica ocorre quando a norma se aplica a condutas típicas progressivamente mais severas.
- (E) Na analogia, a vontade da lei é abranger os casos análogos àqueles por ela regulados.

27. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que satisfaça, dentre outros, os seguintes requisitos:

- (A) Ser relativa a imóveis situados no Brasil.
- (B) Ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Estar sujeita a recurso no país de origem.
- (D) Haver sido proferida por Juiz competente.
- (E) Haver sido proferida a revelia, ainda que ilegalmente.

28. Tendo sido o sujeito preso em por crime de furto, é **correto** afirmar:

- (A) O prazo do órgão do Ministério Público para oferecer a denúncia é de 10 (dez) dias.
- (B) O não oferecimento da denúncia dentro do prazo legal permite à autoridade policial libertar de ofício o agente do delito.
- (C) À desídia do Promotor, no oferecimento da denúncia, a vítima, ou seu representante legal, poderá oferecer queixa em 30 dias (Lei nº 9.099/90, art. 91).
- (D) O Promotor desidioso, no oferecimento da denúncia, perderá, em seus vencimentos, o correspondente ao triplo de dias de quantos foram os excedidos ao prazo de oferecimento da denúncia.
- (E) O promotor desidioso, no oferecimento da denúncia, poderá sofrer as sanções do art. 319 do Código Penal (prevaricação).

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

29. Conforme prescreve o ordenamento jurídico-penal brasileiro, é **correto** afirmar que o procedimento sumaríssimo

- (A) somente é admitido em crime de ação penal privada ou pública condicionada, cuja pena privativa de liberdade máxima seja igual ou inferior a 2 anos.
- (B) somente é admitido em delitos cuja pena privativa de liberdade máxima cominada seja igual ou inferior a 2 anos.
- (C) somente é admitido em delitos cuja pena privativa de liberdade máxima cominada seja igual ou inferior a um ano.
- (D) somente é admitido em delitos de ação penal privada e cuja pena privativa de liberdade máxima cominada não exceda a 2 anos.
- (E) somente é admitido em delitos cuja pena privativa de liberdade possa ser substituída por pena restritiva de direito.

30. Em notícia veiculada por uma determinada emissora de televisão, Júlio César foi taxado de "estelionatário contumaz". Sentindo-se ofendido, formulou queixa-crime contra o editor responsável, com fundamento na Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa). O Juiz, entendendo não haver justa causa para a ação penal, rejeitou a inicial. Contra tal decisão, caberá

- (A) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- (B) recurso de apelação no prazo de cinco dias, contados da publicação.
- (C) agravo.
- (D) mandado de segurança.
- (E) embargos de declaração.

31. Como órgão da execução penal, incumbe ao Ministério Público as seguintes atribuições, **EXCETO**:

- (A) requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo.
- (B) requerer a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução.

- (C) autorizar saída temporária de prisioneiros.
- (D) interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.
- (E) visitar mensalmente os estabelecimentos penais.

32. É correto afirmar sobre os direitos da personalidade:

- (A) São intransferíveis e irrenunciáveis, mas seu exercício pode sofrer limitação voluntária.
- (B) Em se tratando de morto, têm legitimidade para requerer ação de indenização por perdas e danos, apenas qualquer parente em linha reta, se houver.
- (C) É válida, com objetivo altruístico, ou científico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (D) O pseudônimo, apesar de muito usado artística e literariamente, não recebeu proteção jurídica do novo Código Civil.
- (E) A imagem-retrato do indivíduo só pode ser tornada pública se tiver expressa autorização de seu titular.

33. Sobre o negócio jurídico é correto afirmar:

- (A) A escritura pública sempre é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo vigente no país.
- (B) São nulos de pleno direito os negócios jurídicos em que as declarações de vontade emanarem de erro accidental que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

**CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO**

- (C) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à manifestação desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (D) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante para ambas as partes for ilícito.
- (E) O testamento é um típico exemplo de negócio jurídico unilateral.
- 34.** Quanto à responsabilidade civil, pode-se dizer:
- (A) O Direito brasileiro admite a cláusula de não indenizar somente em circunstâncias extraordinárias e especiais, caracterizadas por determinados fatores, como por exemplos, dentre outros, a inexistência de haver reparação legal, não seja proibido por lei e haja ausência de dolo.
- (B) Embora conhecido pelos legisladores contemporâneos, o abuso de direito não foi coibido no novo Código Civil Brasileiro.
- (C) É baseada na teoria da culpa a responsabilização do agente que exerce atividade que implique, por sua natureza, risco para os direitos de terceiros.
- (D) Em hipótese alguma a pessoa incapaz responde pelos prejuízos que causar.
- (E) Se o filho menor causar dano a terceiro, o dever de indenizar dos pais é aferido pela teoria da culpa.
- 35.** É correto afirmar
- (A) É caracterizado possuidor o caseiro que toma conta de casa de veraneio em nome e por conta de seu patrão, o proprietário da casa.
- (B) O possuidor de boa fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se lhe não forem pagas, a levantá-las, sem deteriorar o bem.
- (C) A propriedade particular do solo não abrange os recursos minerais e monumentos arqueológicos, mas engloba os potenciais de energia hidráulica.
- (D) Se o teor do registro de imóveis não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar apenas sua anulação.
- (E) A instituição do condomínio edilício só pode ser feita por ato entre vivos, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, devendo constar desse ato, além do disposto em lei especial.
- 36.** Sobre a união estável é correto afirmar:
- (A) É conceituada pela lei civil como a união entre o homem e a mulher, configurada por convivência pública, contínua durante 5 anos ininterruptos e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
- (B) Segundo o novo Código Civil, poderá se converter em casamento mediante pedido dos companheiros tanto ao juiz quanto ao oficial do registro civil de casamentos.
- (C) Pode ser constituída, dentre outras hipóteses, entre pessoas casadas somente se acharem-se separadas de fato ou judicialmente.
- (D) O companheiro ou companheira participará da sucessão do outro, em relação a todos os bens adquiridos na vigência da união estável
- (E) O companheiro ou companheira participará da sucessão do outro em quinhão equivalente ao que por lei for atribuído aos descendentes do autor da herança.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

37. É correto afirmar

- (A) Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar ao pai; na sua falta, à mãe; inexistindo os dois ou esses não podendo exercer o poder, compete aos avós que melhores condições proporcionarem aos menores.
- (B) É nulo o casamento realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.
- (C) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, apenas aos herdeiros legítimos e testamentários que estejam presentes no local da morte do autor da herança.
- (D) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.
- (E) Na ordem de vocação hereditária, o cônjuge sobrevivente é chamado a suceder após o chamamento dos colaterais.

38. A respeito do regime legal do Processo de Execução é **correto** afirmar:

- (A) Somente o título executivo judicial justifica a execução contra a Fazenda Pública.
- (B) A remição da execução só pode ser praticada até o momento da avaliação dos bens penhorados.
- (C) A Fazenda Pública dispõe de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução.
- (D) O Processo de Execução Fiscal se fundamenta na certidão de dívida ativa da Fazenda Pública que goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (E) É provisória a execução fundada em sentença impugnada mediante recurso recebido em quaisquer efeitos.

39. Acerca das ações constitucionais é **correto** dizer-se que

- (A) o impetrante tem a faculdade de renovar o pedido de mandado de segurança se a decisão denegatória não houver apreciado o mérito.
- (B) é privativa do Ministério Público a legitimação ativa para a propositura da ação civil pública em defesa do meio ambiente.
- (C) poderá o Ministério Público requerer ao presidente do tribunal competente para conhecimento do recurso a suspensão da execução da liminar nas ações movidas contra o poder público.
- (D) a União, os Estados e os Municípios têm competência para a instauração de inquérito civil, visando subsidiar a propositura de ação civil pública.
- (E) não pode o autor desistir da propositura da ação popular.

40. Em matéria recursal o Código de Processo Civil afirma :

- (A) O agravo de instrumento é interposto contra decisões interlocutórias e não poderá sofrer efeito suspensivo.
- (B) O recurso extraordinário poderá ficar retido nos autos para exame posterior e contra a sua admissão caberá agravo de instrumento para o Supremo Tribunal Federal no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) O processamento e julgamento originários do mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição da Mesa da Câmara dos Deputados, compete ao Superior Tribunal de Justiça ;
- (D) O agravo retido nos autos será conhecido, preliminarmente, pelo tribunal, por ocasião do julgamento da apelação, dispensados outros requisitos ;
- (E) A pena de deserção não poderá ser relevada pelo juiz destinatário da apelação .

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

NAS QUESTÕES DE NÚMEROS 41, 42 E 43, RELATIVAS A PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO, É CORRETO DIZER QUE

41.

- (A) Quando o processo ficar parado por mais de 1 (um) ano por negligência das partes, o juiz ordenará, de pronto, o arquivamento dos autos e declarará a extinção do processo.
- (B) Considera-se prevento o juiz que despachou em primeiro lugar nos casos de ações conexas que correm, em separado, perante juízes de igual competência territorial.
- (C) Em razão de sua independência funcional, o órgão do Ministério Público não está sujeito aos motivos de impedimento e de suspeição.
- (D) em favor do Ministério Público computam-se, em dobro, o prazo para contestar ação.
- (E) nas ações de estado e naquelas em que for ré pessoa incapaz, a citação poderá ser feita pelo correio.

42.

- (A) Não poderá o autor intentar de novo a ação cujo processo foi extinto sem julgamento do mérito.
- (B) Em qualquer hipótese e independente da natureza do objeto litigioso, o juiz deverá realizar audiência para a devida produção de provas.
- (C) O juiz indicará as provas à instrução do processo em atendimento ao que lhe for requerido pelas partes.
- (D) No exercício da sua função jurisdicional, o juiz está isento de responsabilidade por perdas e danos.
- (E) Poderá o juiz reformar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a sua decisão nos casos de apelação decorrente da extinção do processo por força de inépcia da petição inicial.

43.

- (A) Nenhum ato processual poderá ser praticado durante as férias e feriados forenses.
- (B) O juiz não poderá revogar a tutela liminar concedida mediante justificação prévia.
- (C) Ao cumprir o seu ofício jurisdicional com a publicação da sentença de mérito não mais poderá o juiz alterá-la.
- (D) As partes podem, de comum acordo e fundadas em motivo legítimo, reduzir prazos processuais.
- (E) Ao encerrar a audiência de instrução e julgamento as partes são obrigadas a apresentar memoriais, em prazo fixado pelo juiz, a fim de que ele possa proferir a sentença .

44. O Ministério Público é instituição permanente

- (A) essencial à função jurisdicional do Estado.
- (B) integrante do poder jurisdicional do Estado
- (C) essencial à proteção dos interesses individuais disponíveis.
- (D) essencial à função executiva do Estado.
- (E) essencial à proteção dos interesses públicos, sociais e individuais disponíveis.

45. É atribuição legal do Colégio de Procuradores de Justiça:

- (A) Indicar, em lista tríplice, os candidatos à promoção por merecimento e remoção voluntária.
- (B) Eleger a lista tríplice para nomeação do Procurador Geral de Justiça.
- (C) Julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- (D) Realizar correições e visitas de inspeções nas Promotorias de Justiça, na Capital e no interior do Estado.
- (E) Aprovar o quadro geral de antiguidade dos membros do Ministério Público.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

46. O Corregedor Geral do Ministério Público é escolhido da seguinte forma:

- (A)** É o mais votado dentre os candidatos eleitos por todos os membros do Ministério Público.
- (B)** É o mais votado dentre os candidatos eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça, apresentados em lista tríplice, escolhida por todos os membros do Ministério Público.
- (C)** É o designado pelo Procurador Geral de Justiça, dentre lista tríplice, escolhida por todos os membros do Ministério Público.
- (D)** É eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça.
- (E)** É o mais votado por todos os membros do Ministério Público, escolhido em lista tríplice, apresentada à classe pelo Conselho Superior do Ministério Público.

47. É correto afirmar:

- (A)** Os membros vitalícios do Ministério Público somente perdem o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação criminal para decretação da perda de cargo, proposta pelo Corregedor Geral de Justiça, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público.
- (B)** O membro do Ministério Público, independentemente do tempo na carreira, somente perde o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil para decretação da perda de cargo, proposta pelo Corregedor Geral de Justiça, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público.
- (C)** Os membros vitalícios do Ministério Público somente perdem o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil para decretação da perda de cargo, proposta pelo Procurador Geral de Justiça, após autorização do

Conselho Superior do Ministério Público.

- (D)** Os membros do Ministério Público, independentemente do tempo na carreira, somente perdem o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação criminal para decretação da perda de cargo, proposta pelo Procurador Geral de Justiça, após autorização do Colégio de Procuradores de Justiça.
- (E)** Os membros vitalícios do Ministério Público somente perdem o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil para decretação da perda de cargo, proposta pelo Procurador Geral de Justiça, após autorização do Colégio de Procuradores de Justiça

48. Quanto aos vencimentos, vantagens e direitos dos membros do Ministério Público é correto afirmar:

- (A)** O membro do Ministério Público, convocado ou designado para substituição, terá direito à diferença de vencimento entre o seu cargo e o que ocupar, mais gratificação adicional de substituição.
- (B)** Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância ou categoria, ou da entrância mais elevada para o cargo de Procurador Geral de Justiça.
- (C)** A remuneração dos membros do Ministério Público observará, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelos membros do Poder Judiciário local.
- (D)** Para efeito de aposentadoria, disponibilidade e adicionais por tempo de serviço, o tempo de exercício da advocacia será computado, até o máximo de 10 (dez) anos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – BACHAREL EM DIREITO

(E) Considera-se como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, inclusive vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de curso de pós-graduação, de duração máxima de 1 (um) ano e mediante prévia autorização do Colégio de Procuradores de Justiça.

(E) Gratificação pela prestação de serviço nas Varas Agrárias Especializadas.

49. O regime legal de remoções e promoções dos membros do Ministério Público obedece ao seguinte princípio:

(A) Promoção voluntária, por antiguidade e merecimento, alternadamente, de uma para outra instância e da instância mais elevada para o cargo de Procurador Geral de Justiça.

(B) Apura-se a antiguidade na instância e o merecimento pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira, com prevalência de critérios de ordem objetiva.

(C) A promoção por merecimento pressupõe cinco anos de exercício da respectiva entrância e integrar o Promotor de Justiça à primeira quinta parte da lista de antiguidade.

(D) Obrigatoriedade de promoção do Promotor de Justiça que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.

(E) A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida maioria qualificada de votos, procedendo-se para alcançá-la até o máximo de cinco votações.

50. É direito do membro do Ministério Público:

(A) Ajuda de custo, equivalente a um mês de vencimento, quando tiver exercício em nova sede, em virtude de remoção ou promoção.

(B) Férias anuais de 90 (noventa) dias.

(C) Gratificação pelo exercício efetivo em Comarca insalubre.

(D) Gratificação pela prestação de serviço nos Juizados Especiais do Consumidor.